

ADMINISTRAÇÃO

RADARES MÓVEIS

Após declaração sobre indústria da multa, Ricardo é alvo de repúdio

Sindicato dos marronzinhos fez declaração pública na qual questionou prefeito; apesar da polêmica, fiscalização ainda não foi desativada

EDUARDO SCHIAVONI
redacao@jornalribeirao.com.br

As redes sociais continuam dando “dor de cabeça” ao prefeito Ricardo Silva (PSD). A bola da vez é uma nota de repúdio, divulgada pelo Sindicato dos Viários e Trabalhadores em Fiscalização de Trânsito, depois que o prefeito anunciou, no fim do ano, o fim da fiscalização por radares móveis, associando a modalidade à chamada “indústria da multa”. A RP Mob, que gerencia o trânsito, não comentou.

O prefeito prometeu acabar com a modalidade, mas irá instalar mais de 155 radares fixos, conforme divulgou, com exclusividade, o Jornal Ribeirão.

Segundo a administração municipal, a mudança faz parte de uma reformulação da política de fiscalização eletrônica, que passará a priorizar radares fixos, lombadas eletrônicas e dispositivos híbridos, distribuídos em pontos considerados críticos da cidade. A Prefeitura afirma que o objetivo é tornar a fiscalização mais educativa, previsível e focada na redução de acidentes.

Em nota pública, o Sindicato criticou duramente o discurso do prefeito e afirmou que a fala deslegitima o trabalho dos agentes, que atuam com base na legislação federal, que autoriza o uso de radares móveis.

“Se ele é a verdadeira autoridade de trânsito, ele tem que saber que os agentes estão trabalhando e têm seus afazeres. Se ele não quer mais que se utilize o radar móvel, basta pegar dentro das incumbências dele e editar um decreto no município, de Ribeirão Preto, para que os agentes não usem mais essa forma de fiscalização”, afirmou.

Ricardo, por sua vez, divulgou novo vídeo no qual afirma que não é papel do Sindicato defender modelo de fiscalização, como no caso dos radares móveis. “Ao contrário do que eles [o Sindicato] falam, é o fim dos radares móveis que vai dar mais respeito aos agentes de trânsito”, disse, no vídeo.



Agentes da MP Mobi durante fiscalização com radar móvel em Ribeirão

ENTIDADE ALEGA QUE FALA DE RICARDO COLOCOU AGENTES DE TRÂNSITO SOB RISCO

O Sindicato dos Viários argumenta que a fiscalização eletrônica móvel é um instrumento legal e técnico, definido por critérios de engenharia de tráfego, e que associá-la à arrecadação abusiva transfere aos servidores uma responsabilidade que é da política pública adotada pelo município.

A entidade também alertou para o aumento de episódios de hostilidade contra agentes após a divulgação do vídeo do prefeito, o que pode comprometer a segurança dos profissionais durante o trabalho.

PREFEITURA NÃO CONFIRMA DATA PARA RETIRADA DE OPERAÇÃO DOS RADARES

Apesar do anúncio, a Prefeitura ainda não editou decreto formal extinguindo o uso dos radares móveis. Até que o novo sistema seja licitado e instalado, os equipamentos continuam em operação, sob responsabilidade da RP Mobi. A administração afirma que a transição será gradual e que não haverá prejuízo à segurança viária.

No total, serão 70 radares fixos e 40 equipamentos híbridos, que misturam radar e câmeras de monitoramento; 40 lombadas eletrônicas fixas; duas móveis e cinco equipamentos de fiscalização para corredores de ônibus.

RP Mobi não comenta declaração

Procurada, a RP Mobi, responsável por gerenciar a fiscalização e o trânsito na cidade, não comentou a afirmação de Ricardo Silva dando conta da existência de uma suposta “máfia da multa” em Ribeirão. O presidente da empresa, Marcelo Galli, atuou na gestão da estatal desde o ano de 2021, ainda na gestão Duarte Nogueira.

“A RP Mobi atua com base em critérios técnicos e legais, sempre com foco na segurança viária e na redu-

ção de sinistros. A atual diretoria da gestão municipal prevê a substituição do modelo de fiscalização móvel por equipamentos fixos, em locais previamente sinalizados, com caráter educativo e preventivo”, disse a empresa, em nota.

Informou, ainda, que “a escolha dos locais leva em conta estudos técnicos, histórico de sinistros e fluxo viário, com implantação gradual prevista para o primeiro semestre de 2026”.



Paulo Sartre, por Ângelo Lopes - MTb 0097820/SP

AGILIDADE

Na última reunião do secretariado do ano, conduzida pelo prefeito Ricardo Silva (PSD), entre morde e assopra, o pedido foi direto: mais agilidade e regularidade dos gestores, principalmente na condução dos projetos com recursos da União, que prometem mudar a cara da cidade.

MISSÃO DADA...

... missão cumprida — ou quase. A Fiscalização Geral, sob comando do capitão Brás, tentou, em 30/12, conduzir nova operação de reintegração de posse em área ao lado da Via Norte, próxima à linha férrea, sem mandado judicial — exatamente como já ocorrera anteriormente. A ação só foi suspensa após questionamentos feitos por esta coluna. A área pertence à Prefeitura, mas está registrada em nome da União. Trata-se do local onde deverão se desenvolver obras de mobilidade urbanas contempladas por verbas de empréstimo federal com valor estimado em R\$ 1,1 bilhão.

DÁ ZERO PRA ELES

A GCM e o chefe da Fiscalização Geral não estão acima da lei. Nenhum agente público pode conduzir operação sem mandado judicial, ainda que o uso do espaço seja irregular. Quando quem deveria garantir a legalidade a ignora, e a força se sobrepõe ao direito. Seja no Brasil, em Ribeirão ou no mundo.

OBA-OBA DAS OBRAS

Um agente da Secretaria de Infraestrutura comentou ao colunista que o prefeito deveria evitar fazer “oba-oba” com obras problemáticas herdadas da gestão anterior — como no caso da Avenida Nove de Julho — sob o risco de assumir responsabilidades que não são suas. Segundo ele, os problemas estruturais da via estão sob competência da Secretaria de Obras e devem ser corrigidos sem gerar custos adicionais ao município.

NO RADAR

Agentes de radares móveis e de trânsito reagiram com insatisfação a um vídeo postado pelo prefeito Ricardo Silva em suas redes sociais. Ao fundo da imagem, aparecem agentes posicionados ao lado de um radar em uma avenida. O caso chegou ao sindicato da categoria (Sindviários). O episódio foi rebatido pelo prefeito com argumentos sobre o modelo ultrapassado de radares móveis; ainda assim, o sindicato estuda medidas relacionadas à exposição dos agentes em vídeos publicados pelo chefe do Executivo.

DE OLHO NA ALESP

Pesquisas encomendadas por partidos, para uso interno, sobre candidatos à Alesp na região mostram liderança consolidada de Léo Oliveira (16%), seguido por Duda Hidalgo (PT) e Rafael Jr., ambos com 9%, empatados em segundo lugar. Isaac Antunes (PL) aparece com 6,7%, Marcos Papa com 4,3% e Trindade (UB) com 3,8%. Dentro do MDB, Léo é considerado virtualmente reeleito, apesar do histórico de diluição das intenções de voto nos meses finais da campanha. Estima-se que candidatos precisem de 80 a 100 mil votos para se eleger, a depender do partido.

AGORA É FEDERAL

Na disputa da Câmara Federal, Duarte Nogueira (14%) e Baleia Rossi (12%) lideram isoladamente essa faixa de votação no município, enquanto Marco Aurélio alcançou seu melhor desempenho, com 6%. A expectativa, otimista, é que Baleia Rossi e Duarte Nogueira ultrapassem ou fiquem próximos do quociente eleitoral estimado para 2026 em São Paulo, projetado em cerca de 340 mil votos totais. Para a eleição, seria necessário obter entre 1/4 e 1/3 desse total em votos individuais.

SARTRE APONTOU

Na edição passada, o JR publicou uma matéria aprofundada sobre as perspectivas dos candidatos a deputado estadual em Ribeirão Preto, mas acabou não mencionando o PSB. À época, a ausência se justificava pelo fato de Suely Vilela ter informado à coluna que não seria candidata nas eleições deste ano.

HABEMUS PAPA

A omissão, contudo, gerou questionamentos da executiva estadual ao coordenador regional Marco Ernani (Nanão), ex-prefeito de Altinópolis, sobre a ausência do partido na matéria. Segundo Nanão, o PSB terá, sim, candidatos a deputado estadual e federal, e há grande possibilidade de que Marcos Papa dispute um dos cargos.